



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
LETRAS

GRAZIELA PEREIRA BASILEU

**A FORMAÇÃO DO LEITOR NO BRASIL:
análise da obra *A Moreninha***

Brasília – DF
Novembro/2012

GRAZIELA PEREIRA BASILEU

**A Formação do Leitor no Brasil:
análise da obra *A Moreninha***

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES - do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, tendo como Orientadora a Professora Dra. Maria Eneida da Rosa.

Brasília – DF
Novembro/2012

GRAZIELA PEREIRA BASILEU

**A Formação do Leitor No Brasil:
análise da obra *A Moreninha***

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES - do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, tendo como Orientadora a Prof^a Dr^a Maria Eneida da Rosa.

Aprovada em __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria Eneida da Rosa (Orientadora UniCEUB)

Prof^a

Prof^o

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho de conclusão de curso aos mestres das letras, incansáveis exploradores do conhecimento, promovedores do saber que nos permitem galgar e beber da fonte da sabedoria.

A vocês, o meu reconhecimento e a minha eterna gratidão por me proporcionarem, além do conhecimento intelectual, grandes lições de vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir realizar este trabalho.

A minha mãe, que sempre me apoiou e me deu força para manter-me firme no meu propósito.

Ao meu companheiro, parceiro da vida, Cláudio, e a minha filha, Isabella, que por muitas vezes reclamaram a minha ausência, mas me apoiaram incondicionalmente durante o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Aos amigos e familiares, que me incentivaram sempre.

A todos os professores que compõem e compuseram o corpo docente do curso de Letras do Uniceub e que de alguma forma contribuíram para a ampliação e aprimoramento dos meus conhecimentos.

À professora e orientadora, Maria Eneida, pela sua dedicação e contribuição para a realização deste trabalho.

Aos meus companheiros de turma. Foi um prazer conhecer e conviver com vocês. Muito obrigado!

“Ler é sonhar pela mão de outrem. Ler mal e por alto é libertarmo-nos da mão que nos conduz. A superficialidade na erudição é o melhor modo de ler bem e ser profundo”.

Fernando Pessoa

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o processo de formação do público leitor feminino no Brasil. O objeto de análise utilizado para desenvolver o estudo foi a obra *A Moreninha* do autor Joaquim Manuel de Macedo que teve grande repercussão entre o público leitor feminino. O desenvolvimento do trabalho foi direcionado para examinar a influência da obra como instrumento facilitador de acesso à leitura no Brasil no século XIX, tendo em vista o contexto, hábitos sociais e culturais da população na época em que a obra foi publicada. Outro ponto observado no presente estudo foi analisar os elementos que contribuíram para o sucesso da obra. Partindo desta perspectiva, a presente pesquisa visa examinar a relevância e contribuição da obra *A Moreninha* para a disseminação da leitura no Brasil, bem como para a valorização e expansão da Literatura brasileira, com o intuito de evidenciar os benefícios da expansão da leitura e da Literatura Brasileira como prática facilitadora no processo de formação do público leitor feminino no Brasil do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Formação do leitor. Joaquim Manuel de Macedo. Literatura. *A Moreninha*.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	
1 – A FORMAÇÃO DO LEITOR NO BRASIL.....	
2 – A POPULARIZAÇÃO DO ROMANCE- FOLHETIM NO BRASIL.....	
2.1 A importância da leitura no ambiente escolar.....	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
REFERÊNCIAS.....	

INTRODUÇÃO

A Formação do Leitor no Brasil: análise da obra *A Moreninha*

A leitura tem um papel relevante na formação intelectual e social do cidadão. O hábito de ler desenvolve nas pessoas a capacidade de refletir, argumentar e formar opiniões de variados assuntos. Facilita a comunicação, amplia o vocabulário, agrega conhecimentos. A leitura é primordial para o desenvolvimento cultural e intelectual do ser humano. Partindo deste pressuposto, este estudo tem como objetivo analisar a relevância do papel da obra *A Moreninha* de Joaquim Manuel de Macedo, na expansão da leitura no Brasil e na valorização e disseminação da Literatura Brasileira e qual a sua contribuição para a formação e ascensão do público leitor feminino da época buscando entender os motivos que fazem com que a obra seja lida até os dias atuais. Há que se considerar o contexto, hábitos sociais e culturais da população na época em que a obra foi publicada.

Para a elaboração desta investigação foi utilizada a Metodologia Qualitativa, considerando-se que a aplicação desse método torna possível inferir as diversas interações a que estão submetidos os objetos de análise. Sendo assim, apresento considerações acerca da obra *A Formação do Leitor no Brasil* das autoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman, além de outros textos e outras obras relacionadas ao tema proposto, identificando elementos importantes para nortear a minha pesquisa.

O Brasil do século XIX passou por transformações políticas, sociais e culturais. Foi nessa época que mudou a forma de governo com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil. Em 1822, foi declarada a Independência do Brasil. A partir daí, a vida urbana tornou-se cada vez mais intensa. Em 1824 foi criada a primeira constituição brasileira, o Brasil passa a ser regido pela monarquia. Há transformações na economia, são criadas empresas, estradas, bancos, entre outros.

Nessa época aconteceu também o processo de industrialização do País, o que gerou emprego para a população, mas com condições bastante precárias. A carga horária era abusiva e a mão de obra não era regulamentada.

As desigualdades sociais eram enormes: o desemprego, a fome e as doenças afetavam a população pobre, o acesso à educação era muito restrito, sendo praticamente a metade da população brasileira, ainda, analfabeta. Enquanto em melhores condições e com grupo restrito, a burguesia ostentava as suas riquezas. Foi nesse período em que Joaquim Manuel de Macedo publicou o seu primeiro romance *A Moreninha*. A obra marcou a Literatura Brasileira. E os motivos que fizeram o livro ganhar notoriedade, foi a narrativa de uma história simples, divertida, sem conflitos e com final feliz, que retratava o cotidiano e costumes da vida brasileira da época, e também pelo formato em que foi escrito, o folhetim. A publicação era realizada de forma parcial e sequenciada nos jornais, revistas, entre outros. A narrativa transcorria até certo ponto, deixando ganchos, o que era feito propositalmente para prender a atenção do leitor. As histórias eram escritas em linguagem simples, coloquial, de fácil assimilação para os leitores. O enredo retratava justamente ávida como ela era, os hábitos, costumes da população, as relações afetivas, o cotidiano da vida urbana na época. Foi considerada uma leitura de entretenimento voltada para o lazer, passatempo, motivo pelo qual a obra atingiu as camadas mais populares.

Sendo assim, a problemática deste estudo é entender os benefícios da disseminação da leitura para a Literatura Brasileira e para a transformação e ascensão cultural das classes brasileiras, principalmente para o leitorado feminino.

1. A Formação da Leitura no Brasil

O Brasil do século XIX passou por transformações políticas, sociais e culturais. Foi nessa época que mudou a forma de governo com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil. A vinda da corte portuguesa aconteceu no ano de 1808, após a invasão das tropas de Napoleão Bonaparte a Portugal.

A invasão ocorreu porque a França não conseguiu derrotar a Inglaterra em uma disputa pelo poder da hegemonia econômica do continente, fato pelo qual Napoleão Bonaparte proibiu que os países da Europa Continental fizessem qualquer tipo de transação comercial com os ingleses. Para isso criou um decreto que constituía o bloqueio continental com o propósito de desestabilizar a economia da Inglaterra. E a economia portuguesa era subordinada à inglesa. Daí a relutância de D. João VI, o príncipe regente, em aderir ao bloqueio. Sem possibilidades de resistir ao ataque das tropas napoleônicas, a família real portuguesa veio para o Brasil.

A família real permaneceu por um mês na Bahia, tempo suficiente para D. João possibilitar o desenvolvimento da economia brasileira e promover o crescimento da cidade, ao decretar a abertura dos portos do país às nações amigas de Portugal. Em seguida a Corte mudou-se para o Rio de Janeiro que se tornou sede do governo. O Estado se desenvolveu muito. Os principais benefícios gerados pela corte foram a criação de bancos, de indústrias, da Academia Militar, da Imprensa Régia, de Bibliotecas, do Museu da Biblioteca Nacional, entre outros museus, de teatros e escolas. Em 1822, é declarada a Independência do Brasil e o Rio de Janeiro passou a ser capital do País e o Brasil passou a ser regido pela monarquia. A partir daí, a vida urbana tornou-se cada vez mais intensa. O novo ritmo espelhou-se no ambiente cultural, em geral e nas publicações, em particular. Um dos hábitos recém-adquiridos foi o da leitura de folhetins, as histórias são publicadas histórias em capítulos, com o uso de linguagem simples e coloquial.

E foi nesse cenário, o Rio de Janeiro, sede da monarquia, com a expansão da imprensa, que surgiu os primeiros traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora. O surgimento da tipografia, livrarias e bibliotecas foram mecanismos relevantes para a produção e circulação da literatura.

Segundo relata Nelson Werneck Sodré (1998), “A imprensa surgiu no Brasil em 1808, com a criação da Imprensa Régia por D. João VI, onde se imprimiam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos de qualquer repartição do serviço real da corte” (p.19). Ainda neste ano saiu o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Era feito de um papel simples, tinha quatro páginas e sua publicação no início era semanal, posteriormente passou a ser impresso três vezes por semana. As informações publicadas não eram relevantes, nem atraentes para o público. Noticiava-se quase que constantemente tudo o que acontecia na Europa e na corte portuguesa. Não se publicavam notícias relatando os problemas da sociedade. O jornal não tinha outra finalidade senão agradar a corte real.

Porém, em 1º de junho de 1808, foi inserido na imprensa brasileira o *Correio Brasiliense* lançado por Hipólito da Costa, na época exilado em Londres dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já que a corte portuguesa controlava todas as publicações. Não se imprimia nada sem o exame prévio e aprovação dos censores reais – pessoas autorizadas pela corte a exercer censura em publicações e livros no Brasil. Tudo que fosse contra a religião, o governo e os bons costumes era expressamente proibido de ser impresso. E o único jornal que noticiava os grandes problemas sociais, políticos no País era o *Correio Brasiliense*, por ser o único periódico nacional do tempo que podia manifestar independência, porque se editava fora dos domínios da corte real.(p.19)

Segundo Sodré (1998):

“Muitos exilados fizeram jornais fora dos seus países, como forma e meio de participar de suas lutas internas. Tais jornais, como o *Correio Brasiliense*, entravam clandestinamente onde deviam entrar. O que lhes dava o caráter nacional era a estreita ligação com as condições internas em que procuravam influir; a impressão no exterior era circunstância” (p.20).

Com a introdução da imprensa no Brasil os livros começam a ser impressos e produzidos em série. Deu-se o passo inicial no processo de popularização do livro,

mecanismo que ajudou a expandir a literatura, o texto escrito deixou de ser matéria artesanal e passou a ser fabricado em grande quantidade.

Esse processo tornou-se possível a partir da introdução da tipografia – engenhoca constituída de formas em relevo utilizadas para imprimir – que foi trazida para o Brasil pela família real. E posteriormente foi instalada a Impressão Régia que detinha o poder de publicar o que lhe convinha.

Zilbermam e Lajolo (1996) citam Rubens Borba de Moraes para ilustrar a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil:

“A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, foi o começo de tudo. Nos porões da nau Medusa vieram de Lisboa prelo com seus pertences. Era uma tipografia completa encomendada na Inglaterra por Dom Rodrigo de Souza Coutinho futuro conde de Linhares, para servir a sua Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Não tendo sido usada, encontrava-se ainda encaixotada na ocasião do embarque para o Rio de Janeiro” (p.123).

Foi tímido o início da produção de livros no Brasil elaborados e publicados pela Imprensa Régia, que mais tarde não se limitou somente a publicar os atos e papéis diplomáticos da corte real, passou a produzir jornais, livros e obras didáticas. A popularização dos livros começou a desenvolver-se oferecendo o acesso e possibilidades de leitura à sociedade.

Finalmente no ano de 1821 chegou ao fim a censura da imprensa governamental, a partir de uma Constituição imposta a Dom João, que autoriza a instalação e funcionamento de outras tipografias no Brasil.

Zilberman e Lajolo (1996) citam Alfredo do Vale Cabral para expor o fim da censura governamental à Imprensa Nacional:

“Graças às Cortes gerais e extraordinárias da nação portuguesa, pouco tempo depois já novas tipografias entravam em concorrência com a Imprensa Nacional. Já não havia mais o receio da clássica censura régia para os produtos da inteligência humana, tendo cada uma à liberdade de publicar os seus escritos como lhe ditavam os seus talentos, salvo o abuso excessivo da imprensa, que então não era tolerado, como ainda hoje, cabendo à responsabilidade aos respectivos autores e editores” (p.125).

Na medida em que cresce a produção de livros, um elemento ganha destaque, o livro didático. Instrumento relevante para a promoção e consolidação do hábito de leitura para os frequentadores das escolas, porém esse destaque nasceu da necessidade de fornecer material escolar para as instituições de ensino superior criadas por D. João.

De acordo com Zilberman e Lajolo (1996):

“Escola superior e imprensa dão-se as mãos neste primeiro momento de construção das instituições da cultura moderna – logo, da leitura – no Brasil. A Real Academia Militar, a Academia Naval e os cursos de medicina careciam de livros apropriados e abastecidos com os tratados de Legendre e Lacroix, Francoeur e outros autores, traduzidos e editados pela Impressão Régia. A inclinação a editar obras destinadas ao ensino visando atender demandas inesperadas parece ter-se incorporado à história do livro didático em circulação no País, com consequências visíveis no modo como se desenvolvem as práticas de leitura nos arredores da escola” (p.128).

O livro didático foi uma ferramenta necessária na construção da leitura e de leitores no Brasil, sendo a escola o meio por onde circulavam os livros.

O surgimento das primeiras escolas no Brasil Colônia foram embasadas em improvisos devido à rápida mudança da Corte Portuguesa para o País, que necessitava de mecanismos eficientes para alavancar o desenvolvimento do Brasil. As escolas surgiram sem um projeto prévio qualificado, mesmo tendo D. João um projeto educacional voltado para essas escolas. As iniciativas educacionais de D. João foram realizadas por meio da abertura da Academia Naval, da Real Academia Militar, da Escola de Medicina, da Escola de Guerra e da Academia da Marinha.

A instalação da Academia da Marinha recebeu mais a atenção de D. João, porque um País despreparado militarmente e temeroso de uma eventual invasão necessitava formar jovens militares competentes, contudo a demanda de alunos era menor que a oferta de vagas, o que possivelmente aconteceu por resultado de distinção de classe social.

Zilberman e Lajolo (1996) reportam-se a Robert Walsh para explicar o sistema de seleção da Academia da Marinha instalada no Brasil por D. João:

“Essa facilidade de adquirir educação e a admissão indiscriminada nesses estabelecimentos tem levado ao Exército e a Marinha, como também a Igreja, homens oriundos das mais humildes classes sociais. Mas não existe nenhuma ligação entre a classe social ou a família e um posto elevado em nenhuma das duas Armas; nem é atribuído qualquer tipo de privilégio, a não ser o que a conduta pessoal do oficial possa impor... classe social muito inferior a delas” (p.131).

Mas o sistema de seleção tinha restrições. De acordo com Silva (1978), relatando a Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, da criação da Academia Militar, informa que “nestas escolas militares não deve ser admitido aluno algum de duas outras cores; porque eles não devem passar além de saberem bem obedecer e bem executar o que lhes for ordenado pelos homens brancos seus oficiais” (p.163).

Apesar das dissensões e improvisos nas iniciativas educacionais de D. João, foram as escolas superiores, responsáveis pela introdução do livro didático no Brasil, sendo a escola, ambiente de formação do cidadão e leitor. E é este modelo de escola necessário para a difusão do ensino, que possibilita o desenvolvimento do hábito e da consolidação das práticas de leitura.

Apesar do empenho de D. João, a situação da educação brasileira ia mal. O Brasil criou escolas, porém continuava carente de um plano de educação eficaz. Havia falhas no sistema educacional. O ensino era superficial e escasso de qualidade. Em 30 de junho de 1821 criou-se um Decreto que permitia “a qualquer cidadão à prática de lecionar independentemente de ter habilitação para o magistério”,¹ entre outras. Tais falhas contribuíram negativamente na formação do público leitor da época.

Ainda no ano de 1822, a Imprensa Nacional publicou “o *Plano em que se dão as ideias gerais de educação e se mostra o estado em que ela se encontra no Brasil.*”² O plano foi composto por propostas pedagógicas educacionais embasadas no plano de educação europeu do século XVIII, com destaque para a relevância da educação das crianças. No tópico a respeito da educação no Brasil, as conclusões são vergonhosas. A educação brasileira é considerada “a pior possível”, com “muitos e

¹ Renault, Delso, op.cit., p.56.

² Leal, Antônio José. *Plano em que se dão as ideias gerais da educação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

grandes obstáculos a vencer”, com destaque para o principal fator causador da péssima educação brasileira —“a escravidão africana.” ²

“A escravidão sem dúvida é a causa do atraso da educação no Brasil, os meninos nascidos e criados com os escravos, necessariamente não de adquirir as suas máximas e péssimos costumes, a linguagem deve ser um misto de português e africano; eis o primeiro mal e quase irremediável nas circunstâncias atuais... uma autoridade tal qual tinham os antigos romanos”.

Relata também a escassez de escolas:

“Se olharmos o estado de degradação em que se acham as letras, nós nos devemos cobrir de luto, e chorar a desgraça da nossa pátria; a falta de estabelecimentos literários, colégios em que ensinam com ordem e método os princípios das ciências e das artes em um reino, que já pela sua população e riqueza tem todo o direito de exigir este e semelhantes estabelecimentos... que não tem progredido”. ²

E por fim, propõe medidas preventivas e eficazes no reestabelecimento da educação brasileira:

“Como se poderá, pois dar um passo para o fim que desejamos desta maneira, como se poderão conseguir os bens que a própria natureza nos tem prodigalizado, se temos um tão grande obstáculo a vencer? Não já falamos da fundação de uma Universidade, que já era tempo e para o que se não pode dizer que não há proporções, que faltam os meios, porque quando o erário público não tivesse meios para o fazer, uma contribuição aliás muito módica seria suficiente para este fim... os grandes e inumeráveis bens, que nos antolham”. ²

O plano apesar de bem elaborado com propostas aparentemente eficazes, não surtiu resultados positivos no sistema educacional brasileiro.

Como relata Zilberman e Lajolo (1996), com a Independência, a precariedade da situação parece transferir-se da colônia administrada por D. João à jovem nação governada por seu filho, D. Pedro (p.136)

Na transição do Brasil Colônia para o Império, são escassas e ineficientes as mudanças que ocorrem no sistema educacional brasileiro. Nem as propostas de melhorias na educação contidas na 1ª Constituição brasileira criada por D. Pedro I

em 1824, resultaram no avanço de uma educação de qualidade. O sistema continua com falhas. Possivelmente estas falhas refletiram negativamente na formação de leitores no Brasil.

Zilberman e Lajolo (1996) referem-se a Olavo Bilac para mostrar a situação precária da educação no Brasil revelando estatísticas assustadoras:

“As últimas estatísticas organizadas sobre a instrução dão desânimo e desesperação: em todo o Brasil, de 1000 habitantes em idade de cursar escolas primárias, em 1907 somente 137 estavam matriculados, e somente 96 frequentavam as aulas; para 10.000 de todas as idades, havia somente 6 escolas com 7 professores, com 294 alunos de todas as idades, — o que quer dizer que englobadamente, estimando-se toda a população, a relação de todos os alunos era de 29 por 1000” (p.155).

As escolas brasileiras eram precárias, com professores despreparados, métodos de alfabetização e ensino deficientes. Zilberman e Lajolo (1996) expõem a análise de Cora Coralina - escritora que estudou e residiu no interior de Goiás - a respeito do funcionamento da escola naquela época:

“Minha escola primária... escola antiga de antiga mestra. Nem recreio, nem exames. Nem nota, nem férias. Sem cânticos, sem merenda... Digo mal - sempre havia distribuídos alguns bolos de palmatória... A gente chegava “ – Bença, Mestra”. Sentava em bancos compridos, escorridos, sem encosto. Lia alto lições de rotina: O velho abecedário. Lição salteada. Aprendia a soletrar”... em cena” (p.161).

As autoras citam também o republicano gaúcho Ramiro Barcellos, que parodiou a deficiência dos métodos de alfabetização e a precariedade do ensino escolar, sob o pseudônimo de Amaro Juvenal, na obra *Antônio Chimango*:

“Na estância havia uma escola
 Pros filhos da peonada;
 Escola mui relaxada;
 O mestre, um velho borracho,
 Que punha livros abaixo,
 Mas, pouco ensinava ou nada.
 C’ uma carta de a-b-c
 Feita com letra de mão,

Grudada num papelão,
 E sentado na tripeça,
 Por este modo começa
 O mestre a dar-le (sic) a lição:
 “Este é o A, primeira letra...
 Tem um feitio de barraca
 C’ um pau cruzado na porta.
 Está é o B, tem dois mamulos...
 Estoutra letra é o C;
 A forma é de meia-lua.
 E, assim por diante, ensinando...
 Era esta a maior sabença
 Daquele mestre d’escola.
 Um grande bocó-de-mola,
 Digo sem fazer-le (sic) ofensa. (p.160).

E foi nesse cenário, desde o Brasil Colônia até o Império, com os desajustes, improvisos, carências, inadequação dos métodos de alfabetização, professores despreparados e frustrações no sistema de educação e político brasileiro – longe do modelo ideal para a construção dos leitores - em contraste com o burburinho e agitação da vida cultural, em *frisson* com a chegada da Família Real Portuguesa, que no ano de 1844, o autor Joaquim Manuel de Macedo publica o seu primeiro romance, *A Moreninha*.

2. A Popularização do romance-folhetim nas classes brasileiras.

O Romantismo surgiu na Europa no século XIX primeiramente na Escócia e Alemanha, posteriormente difundiu-se para outros países europeus.

O movimento romântico nasceu da necessidade de manifestar, de retratar os ideais humanos de uma geração de jovens que ansiava por uma revolução cultural e social de renovação das artes e literatura, no conhecimento filosófico, religioso, entre outros. Defendiam uma nova maneira de ver e pensar o mundo com a própria consciência, emoções e sentimentos, contrapondo-se a era da razão, conhecida como o século das luzes, corrente defendida pelo Iluminismo. Movimento que foi marcado por novas descobertas científicas, na crença de que a fé no uso da razão era a saída para o obscurantismo e inconformismo em que a sociedade vivia até então. Quer dizer, a emoção está acima da razão.

Os românticos pregavam o culto à liberdade criadora pela própria imaginação manifestados pela individualidade introjetada no próprio “eu”, embasados nas emoções e nos sentimentos exacerbados como as paixões avassaladoras, trágicas e impossíveis, a tristeza, a solidão, a saudade, a angústia, o escapismo – a fuga da realidade. Para os românticos o mundo real é frustrante demais para a realização de suas fantasias e ideais. Não lhes dão a possibilidade para externar os seus conflitos interiores.

Segundo relata Massaud Moisés (1989),

“Recluso no próprio “eu”, ator e espectador de um drama de mil cenas, o romântico experimenta sensações agridoces, quer na contemplação das tempestades interiores, quer na sua confissão. Espraiava-se na transmissão a um ouvinte que acaba sendo ele próprio encarnado no “outro”, levado por um frágil sentimento de superioridade oriundo da tensão em que se agita. Não encontrando resposta ao apelo no sentido duma comunhão essencial entre “eus” convulsos, sentindo-se incompreendido pelo mundo, imerge numa abissal melancolia e tristeza, que se torna, à custa de repetida no “mal do século”, tédio sem fim, profunda apatia moral, desalento perante as mínimas ações, desesperança de salvação ou sentidos. Repetindo-se, o tédio desencadeia forte angústia, logo transformada em insuportável desespero” (p.13).

No Brasil o Romantismo surge no século XIX, em 1836, espelhado nos padrões culturais europeus da época. Padrões que se tornaram ainda mais intensos com a chegada da Família Real Portuguesa. O marco inicial do romantismo brasileiro se deu com a publicação do livro “*Suspiros poéticos e saudades*”, do autor Domingos Gonçalves de Magalhães.

O movimento foi relevante no tocante à valorização do sentimento nacionalista, devido à ausência de identidade de um País ainda sem raízes, por estar sob os domínios de Portugal.

Dava-se início a formação do povo brasileiro com a valorização da terra, de suas belezas naturais, de seus costumes, das coisas do Brasil com a intenção de criar uma cultura genuinamente brasileira.

De acordo com Antonio Candido (2002), “O romantismo brasileiro foi inicialmente (e continuou sendo em parte até o fim), sobretudo nacionalismo. E nacionalismo foi antes de mais nada escrever sobre coisas locais” (p. 39).

O movimento romântico brasileiro dividiu-se em três fases distintas: a Primeira geração – Indianista ou Nacionalista – O índio ganha destaque devido a esse ardente sentimento nacionalista. A segunda geração- Ultrarromantismo ou Mal do Século, onde o sentimentalismo apresenta-se exacerbado. Adota-se um comportamento egocêntrico espelhado no Byronismo, que prega o culto aos vícios do Álcool e do fumo, vinculados aos prazeres carnavais. A terceira geração – Condoreira pregavam a luta pela liberdade nas questões sociais. Condor – ave de rapina que simbolizava a liberdade. Por isso o nome de geração condoreira.

Foi nesse período de agitações e transformações culturais, que o romance folhetinesco *A Moreninha* do autor Joaquim Manuel de Macedo ganha destaque e cai nas graças do público leitor brasileiro.

O folhetim é originário da França. Surgiu nos meados do século XIX. Eram narrativas literárias em série, divididas em capítulos publicadas diariamente em veículos de informação como os jornais e as revistas, em espaços destinados ao entretenimento. O enredo folhetinesco retratava os costumes e hábitos da vida cotidiana das classes burguesas e outros acontecimentos. O teor da narrativa era

envolvente, tinha a finalidade de prender a atenção do público leitor, expectativas e deixando ganchos para garantir a fidelidade do leitor no acompanhamento do desenrolar da trama.

Como afirma Marlyse Meyer (1996), “Entre 1839 e 1842 os folhetins- romance são praticamente cotidianos no *jornal do Comércio*” (p.283).

“A casa do livro azul, de Albino Jordão, anuncia “livros em português”. E começa-se a anunciar com destaque *A Moreninha*, do dr. Joaquim Manuel de Macedo” (p.282).

O enorme sucesso do romance folhetinesco *A Moreninha* entre as classes mais populares deveu-se também por apresentar histórias de amor baseadas nos moldes dos romances europeus, mas retratando os ambientes genuinamente brasileiros, artifício que proporcionava aos leitores se identificarem com os locais mencionados, despertando-os pelo gosto e valorização da produção literária brasileira.

Como relata Meyer (1996), “Houve produções de romancistas nacionais que tencionaram explicitamente imitar o gênero, atirando-se à exploração daqueles “mistérios” introduzidos pelos franceses e ou procurando verter torrentes de lágrimas” (p.303).

A produção folhetinesca nacional lembrava realmente o gênero folhetinesco europeu, mas não deixava de expressar o seu sentimento nacionalista.

Como relata Candido (2002),

“o que mais atraiu o leitor daquele tempo em matéria de romance parece ter sido o de costumes, no qual ele encontrava a vida de todo o dia, sem prejuízo dos lances romanescos que eram tão indispensáveis. O brasileiro parecia gostar de ver descritos os lugares, os hábitos, o tipo de gente cuja realidade podia aferir, e que por isso lhe davam a sensação alentadora de que o seu País podia ser promovido à esfera atraente da arte literária. A voga do nosso romance começa de fato com uma despretensiosa narrativa de costumes do Rio de Janeiro, *A Moreninha* (1844), o primeiro grande êxito de público na literatura brasileira, que até hoje é reeditado, lido estimado” (p.41).

A obra *A Moreninha* realizou outro feito de extrema relevância para a disseminação da leitura no País. Contribuiu para a ascensão e solidificação do público leitor feminino.

A mulher naquela época não tinha voz ativa na sociedade. Eram educadas para casar e constituir família, incumbidas apenas para assumir funções domésticas como cuidar do lar, da família e da educação dos filhos.

A literatura romanesca ganhou notória dimensão entre o público feminino por valorizar a personagem feminina como protagonista de grandes amores. Abordava também histórias de amor arrebatadoras e aventuras amorosas que passaram a ocupar os pensamentos das leitoras.

Não era permitido que a mulher estudasse e trabalhasse, salvo algumas raras exceções, o que reforçou o consumo de livros, resultando numa nova prática de entretenimento.

Como afirma Moisés (1989),

“Com efeito, o impacto do folhetim no romance de Macedo fazia-se acompanhar de nítidos vestígios da técnica novelesca, (como, por exemplo de resto presentes em toda a ficção romântica: a narrativa macediana oscila entre o romance, pela simultaneidade dramática, e a novela, pela ênfase no suspense e o predomínio da intriga, num equilíbrio estrutural que, satisfazendo à imaginação das leitoras coevas, criava o modelo de romance de entretenimento” (p.85).

E a leitura não tinha outra função para o público leitor feminino, a não ser o de oferecer momentos de lazer. Eram estimulantes por apresentar histórias românticas que contribuíam para fantasiar a vida amorosa das leitoras. As leitoras não tinham opções de livros que as estimulassem ao conhecimento do mundo acadêmico, que as possibilitassem ter acesso a formação educacional e a assumir funções na sociedade.

De acordo com Zilberman e Lajolo (1996), a busca pelo saber e a conquista do conhecimento, eram considerados pré-requisitos para a mulher ter seu valor reconhecido no mundo dos homens (p.258).

Zilberman e Lajolo (1996) citam Nísia Floresta, uma militante em prol da educação feminina no século XIX, para ilustrar a necessidade de instruir e formar intelectualmente a mulher para que estas pudessem exercer outros papéis na sociedade, além dos voltados para a família.

“Se procuro abrir-te, e facilitar-te o caminho das ciências, se me esforço por dar-te uma educação que entre nós se nega ao nosso sexo, à sem dúvida na esperança de que a minha cara filha, bebendo as saudáveis lições de sabedoria, procure dar um dia a seu espírito o realce das virtudes que tanto o enobrecem, e que é o único a torná-lo digno da estima e respeito da sociedade. E como não pretendo limitar-me a dar apenas a teu espírito uma leve notícia da ciência, que, dia ao vulgo, não ser necessária à mulher, eu não temo que a vaidade, vício desprezível, que geralmente se atribui ao nosso sexo, infeccione tua alma” (p.258).

Zilberman e Lajolo (1996) citam ainda, José Veríssimo, que defendia também a ascensão cultural da mulher:

“É necessário que se tire a mulher brasileira da quase ignorância em que sua imensa maioria jaz, fundando o libelo no argumento recorrente em todas as justificativas para o estímulo à educação feminina: é ela a primeira e imediata educadora do homem; logo para educar, a primeira condição é saber” (p.258).

Porém, apesar de todo esse apoio, as mulheres continuaram, no entanto, a consumir obras romanescas.

É nesse contexto cultural que o romance *A Moreninha* ganha destaque entre o público leitor da época. O enredo da obra era composto por uma história de amor singela e divertida, livre de conflitos, com linguagem simples e ambientada no Rio de Janeiro, elementos que contribuíram para a repercussão da obra entre as leitoras.

O enredo do romance relata a amizade entre quatro amigos, Filipe, Leopoldo, Fabrício e Augusto. Tudo começa quando Felipe convida os amigos para passar o feriado de Sant'ana – mãe da virgem Maria, avó de Jesus - na casa de sua avó, na ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro. Augusto foi o único que recusou o convite. Filipe, na tentativa de convencer o amigo, relata que as primas e a irmã estariam na ilha. Depois de uma longa discussão sobre as vantagens e desvantagens de ir ao passeio, os amigos fazem uma aposta. Filipe propõe a Augusto – um namorador incorrigível - que ele será obrigado a escrever um romance se ele amar a uma só mulher no prazo de quinze dias ou mais, relatando tal acontecimento. Augusto aceita o convite.

Na casa de praia, Augusto acaba se tornando muito amigo da avó de Filipe, Dona Ana, e conta a ela porque não consegue se apaixonar por nenhuma mulher.

Augusto conta a Dona Ana que quando jovem, aos 13 anos de idade, encontrou uma linda menina em uma praia a quem lhe entregou o coração. Eles prometeram casarem-se e ela ficara com seu camafeu e ele com o botão esmeralda da blusa dela. Eles nunca revelaram seus nomes e se despediram como “meu marido” e “minha esposa”.

O feriado acaba e os estudantes voltam à corte, mas Augusto traz no peito um sentimento secreto por Carolina que o faz retornar a casa da moça. Eles se tornam amigos e namorados. Então, Carolina o repreende alegando que ele deveria permanecer fiel ao seu amor juvenil, mas Augusto contesta que não sabe quem ela é e que agora não pode negar o sentimento puro e verdadeiro que nutre por Carolina.

Então, a jovem revela a Augusto o camafeu recebido naquela praia e os dois podem, enfim, entregar-se sem culpa ao amor.

E como Augusto perdera a aposta, ele escreve o romance intitulado “A Moreninha”. Tal acontecimento trata-se de uma “*Mise-en-Abyme*”, estrutura em abismo. Quer dizer, vemos a obra dentro da obra, ou ainda uma metalinguagem.

Então, este foi o enredo que agradou e cativou o público leitor feminino da época, leitoras que tinham um nível intelectual e cultural restrito. Um romance singelo, sem malabarismos, linguagem simples e direta composta por diálogos facilmente compreensíveis, enfim uma leitura descomplicada.

Apesar de todos esses elementos, a obra, mesmo que superficialmente, apresentou aos leitores da época escritores e livros que faziam parte de uma cultura letrada. Mesmo o público leitor não tendo acesso à educação, poderia por meio da leitura da obra *A Moreninha*, conhecer outros autores e livros relevantes para uma sugerida educação completa.

Segundo relata Zilberman e Lajolo (1996),

“A cultura letrada é presença marcante no romance, sendo comuns as menções a situações de leitura: Felipe refere-se a Pouillet, autor de compêndios de Física, a propósito das leis de equilíbrio; comenta a quantidade de citações que encontra em Velpeau, autor de livros de medicina; Fabrício analisa as leituras de Joana que, por incluírem Faublas, desrecomendam a virtude da moça; Leopoldo menciona o feminismo de Don’Ana, atribuindo-o ao conhecimento da obra de Mary Wollstonecraft; Carolina possui livros de música, folheia as modinhas de Laforge e diz estar lendo *O barbeiro de Sevilha*, enquanto as moças frisam os dotes de caligrafia de Gabriela” (p.90).

A apresentação desses autores e obras evidencia a existência de uma fina camada da população brasileira da época que prezava e tinha acesso a uma educação elevada. Como afirma Zilberman e Lajolo (1996), Velpeau e Pouillet eram bibliografias obrigatórias dos estudantes de medicina; Mary Wollstonecraft tinha sido traduzida em 1832 por Nísia Floresta; a caligrafia estava entre as habilidades apregoadas pelos professores que se anunciavam nos jornais da época.

A prática da leitura literária era valorizada pela sociedade da época. Ler obras literárias era sinônimo de cultura erudita, de hábito vinculado a classe burguesa. Em um trecho da obra percebe-se a valorização dos conhecimentos literários. O personagem de Augusto é utilizado pelo autor para evidenciar o apreço pela boa educação:

“Eu era, pois mancebo. Meus pais nada poupavam para me educar convenientemente, e eu aprendia quanto me vinha à cabeça; diziam que a minha voz era sonora, e por tal convidavam-se para cantar em elegantes sociedades; julgavam que eu dançava com graça e lá ia eu para os bailes;

finalmente, como cheguei a fazer algumas quadras, pediam-me para recitar sonetos em dias de anos, e assim introduziam-me em mil reuniões, onde as belezas formigavam e os amores eram dardejados por brilhantes olhos de todas as cores” (p.50).

Percebe-se então, que fazer versos e recitar sonetos eram práticas pertencentes às camadas sociais de cultura elevada, de uma educação estimada pela alta sociedade.

Macedo apresenta também aos seus leitores o apreço pelas artes e pelos estudos da mitologia, que compunham juntamente com a literatura, conhecimentos necessários para uma boa formação:

- Então minhas senhoras, prosseguiu Augusto, entendi que deveria recorrer a mim próprio para tornar-me constante. Consegui-o. Sou firme amante de um só objeto, que não tem existência real, que não vê.

- Como é isso! ... então a quem ama?

- A sua sombra, como Narciso?

- A boneca que se vê na vidraça do Desmarais?...

- Ao cupido de Praxíteles, como Aquídias de Rodes?...

- Alguma estátua da Academia de Belas Artes?... (p.38).

A discussão a respeito do romantismo é traduzida pelos acontecimentos na vida amorosa dos personagens. O assunto é abordado várias vezes, como se percebe na carta de Fabrício a Augusto:

- Mas quando as chamas se apagam, e as asas dos delírios se desfazem o poeta não tem, como eu, nem quitutes, nem empadas.

E tu me tornavas:

- É porque ainda não experimentaste o que se chama amor platônico, paixão romântica! Ainda não sentiste como é belo derramar-se a alma toda inteira de um jovem na carta abrasadora que escreve a sua adorada, e

receber de troco uma alma de moça, derramada toda inteira em suas letras, que tantas mil vezes se beijam (p.17)

A definição de romantismo apresentada por Macedo na obra permite as leitoras identificar-se com os acontecimentos que geralmente fazem parte dos namoros entre jovens e dão-lhes a possibilidade de refletir e discutir a respeito do assunto. Esse foi um dos elementos responsáveis pelo sucesso da obra entre o público leitor feminino. O enorme sucesso da obra reflete até aos dias atuais, sendo leitura obrigatória no ensino médio.

2.1 A importância da leitura no ambiente escolar.

É sabido que a leitura é uma ferramenta fundamental e de extrema relevância para a formação profissional e pessoal do aluno. O indivíduo que lê está contribuindo para o seu enriquecimento pessoal, para sua compreensão de mundo, bem como para o desenvolvimento do seu senso crítico. A prática da leitura proporciona ao homem construir e aprimorar os seus conhecimentos por meio de acesso a outras culturas, outros saberes.

De acordo com Ezequiel Theodoro da Silva (1999): “É necessário retirar a leitura da região do esquecimento a que foi e está sendo submetida e trazê-la de volta para o centro das discussões pedagógicas no sentido de transformar as atuais práticas escolares” (p.82).

Entre outros benefícios, a atividade da leitura promove também ao ser humano o aperfeiçoamento da escrita, a ampliação do vocabulário, a estimulação da criatividade, do imaginário, a uma melhor pronuncia das palavras, a nos preparar para suprir às necessidades de um mercado de trabalho exigente, enfim, a se comunicar melhor. O indivíduo que não lê, tem dificuldades para escrever a respeito de determinados assuntos. O leitor necessita de conhecimentos prévios como os linguísticos, os elementos textuais, coesão e coerência e os de mundo

para compreender o que se lê e alcançar conseqüentemente uma leitura satisfatória e prazerosa.

Segundo Silva (1999):

“Leitura sem compreensão e sem análise dos referenciais indicados pelo texto, à luz das experiências de um leitor situado; leitura sem o embate e confronto do contexto do escritor com o contexto do leitor; enfim, leitura sem cotejo qualitativo, gerador de mais significados para o leitor a partir de uma ou mais incursões num determinado texto, constitui-se em tarefa bancária ou mecânica e, por isso, mesmo, “desastrosa” na área da aprendizagem da leitura” (p.80).

Portanto, ler é um processo interativo. É refletir a respeito do mundo e de nós mesmos. Partindo deste pressuposto, pode-se afirmar que a atividade da leitura é uma relação entre leitor e texto.

É no ambiente escolar que o aluno adquire o conhecimento necessário para tornar-se um cidadão consciente dos seus direitos e deveres. Há, portanto, que reconhecer o contexto histórico e a atual situação da educação, que é precária no Brasil. E é sob esse aspecto que se faz necessário o incentivo ao hábito de leitura por meio de estratégias e técnicas educacionais. A maioria dos alunos, por não terem hábito ou gosto pela leitura, só leem se forem obrigados. No decorrer da vida escolar o aluno tem contato com a leitura desde as séries iniciais, mas apesar dessa familiarização com o universo da leitura, o alunado encontra dificuldades em ler, até entender e interpretar textos.

Marisa Lajolo (1994) reporta-se ao poeta Fernando Pessoa para mostrar a insatisfação e desinteresse do alunado pela leitura:

“Ai que prazer

Não cumprir um dever

Ter um livro para ler
 E não o fazer!
 Ler é maçada
 Estudar é nada
 O sol doira
 Sem Literatura
 O rio corre, bem ou mal
 Sem edição original.
 E a brisa, essa,
 De tão naturalmente matinal,
 Como tem tempo não tem pressa...
 Livros são papeis pintados com tinta.
 Estudar é uma coisa que está indistinta
 A distinção entre nada e coisa nenhuma” (p.13).

Partindo desta perspectiva, é necessário que o professor juntamente com a escola como instituição social, reflitam e desenvolvam estratégias e métodos pedagógicos eficazes que contribuam para a formação individual, social e cultural do leitor. Os docentes e a escola devem também conscientizar-se de que a prática da leitura precisa respeitar o gosto de cada leitor. Os alunos devem sentir-se livres para escolher os livros que mais lhes agradam, que lhes proporcionam prazer em ler. A prática da leitura em sala de aula não deve limitar-se somente aos clássicos da Literatura. Outras modalidades de leitura são relevantes para a formação do indivíduo leitor. A Literatura é uma modalidade de leitura fundamental para a sociedade.

Como afirma Lajolo (1994):

“É a Literatura, como linguagem e como instituição, que se confiam os diferentes imaginários, as diferentes sensibilidades, valores e comportamentos através dos quais uma sociedade expressa e discute, simbolicamente, seus impasses, seus desejos, suas utopias. Por isso a Literatura é importante no currículo escolar: o cidadão para exercer plenamente sua cidadania, precisa apossar-se da linguagem literária, alfabetizar-se nela, tornar-se seu usuário competente, mesmo que nunca vá esquecer um livro: mas porque precisa ler muitos” (p.106).

Portanto, cada leitor faz uma interpretação individual de suas leituras. Podem expor suas ideias, suas opiniões e discutí-las, concordar ou discordar de outras interpretações. A leitura promove a participação do cidadão numa sociedade democrática. Segundo Richard Bamberger (1998), o “direito de ler” significa igualmente o de desenvolver as potencialidades intelectuais e espirituais, o de aprender a progredir (p.09).

Há, portanto, que refletir e conscientizar-se que o progresso social e econômico de um País está diretamente vinculado ao grau de instrução e formação adequada de seus cidadãos.

De acordo com Silva (1999):

“Antes de ser formado na roda da ignorância e de fazer parte do rol de explorados e alienados deste País, é preciso ler criticamente o mundo e os livros que o refletem e mostram como a realidade poderia ser de outra maneira: humanizada, democratizada, com novos valores, concepções, relações de produção e de convivência social” (p.128).

Enfim, uma educação de qualidade se realiza pela valorização e promoção da leitura por meio de estratégias pedagógicas que contribuam para o aprimoramento do alunado, objetivando formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres no meio social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou demonstrar a relevância do papel da obra *A Moreninha* na formação do leitor no Brasil, destacando as condições na qual a maioria dos leitores se encontrava no século XIX na sociedade e no ambiente escolar, salientando também as condições na qual estão inseridos atualmente.

Sendo assim, por meio de análises das obras e textos consultados foi possível fazer algumas considerações a respeito das indagações iniciais. Há que se reconhecer a contribuição da obra *A Moreninha* de Joaquim Manuel de Macedo para

a introdução e divulgação da leitura e da Literatura Brasileira, feito que propiciou aos leitores conhecer outras obras, outros autores.

Pode-se afirmar que a obra *A Moreninha* é praticamente leitura obrigatória em sala de aula por sua relevância histórica, por ser uma obra clássica menos complexa, agradável, o que torna a atividade da leitura mais prazerosa para o aluno e o que justifica a popularidade dessa forma de Literatura.

Foi possível determinar outros benefícios no processo de construção do público leitor brasileiro, a inclusão social e o acesso a cultura. A prática da leitura é fundamental para o enriquecimento intelectual e pessoal do indivíduo o que torna possível a inclusão e ascensão do cidadão numa sociedade. Porém, apesar dessas constatações vale realçar que o processo de construção de leitores no Brasil foi e ainda é deficiente, possivelmente herança de nossos colonizadores. Os desajustes e imprevistos constatados no sistema educacional desde o Brasil colônia reflete na atual crise porque passa a educação brasileira. É preciso reverter esse quadro caótico do sistema educacional no País. É necessário que o Estado juntamente com os nossos governantes criem políticas públicas de prevenção e combate ao precário setor em que se encontra a educação brasileira.

Embora se reconheça que a leitura reforce uma situação de inclusão, sem uma educação justa e igualitária o poder econômico do País, as práticas culturais, o pleno exercício da cidadania como os direitos civis e políticos ficarão concentrados nas mãos da elite, dos que tiveram acesso aos bens sociais e culturais, enquanto os desprestigiados social e culturalmente continuarão marginalizados, oprimidos e alienados por uma sociedade injusta. Não progredirão. Sendo assim, é importante que se reflita a respeito das amarras que impedem o avanço da educação no Brasil.

4. REFERÊNCIAS

BAMBERGER, Richard. *Como Incentivar o Hábito da Leitura*. São Paulo: Ática, 2000.

CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.

GOMES, Laurentino. *1808 Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2012.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira, 2003.

LAJOLO, Marisa. *Do Mundo da Leitura para a Leitura do Mundo*. São Paulo: Ática, 2001.

LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *A Leitura Rarefeita: Livro e Literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MACEDO, Joaquim Manuel. *A Moreninha*. Santa Catarina: Avenida, 2005.

MAGNANI, Maria do Rosário M. *Leitura, Literatura e Escola: Subsídios para uma reflexão sobre a formação do gosto*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MEYER, Marlise. *Folhetim: Uma História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira: Romantismo*. São Paulo: Cultrix, 1984.

NUNES, José Horta. *Imaginário da Leitura no Brasil Colonial*. Campinas: Unicamp, 1994.

SILVA, Ezequiel Theodoro. *De Olhos Abertos: Reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

SÓDRE, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.